

AO EXPEDIENTE  
Em 27 SET 2010

Proj. Lei nº 894/JD

Recebido, Autue-se e  
inclua em pauta.

18 OUT 2010

1º Secretário



ESTADO DE RONDÔNIA  
Assembleia Legislativa

18 OUT 2010

Protocolo 161/JD

Processo 169/JD

Presidência



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
GOVERNADORIA

MENSAGEM Nº 126 , DE 22 DE SETEMBRO DE 2010.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do inciso III, do artigo 65, da Constituição Estadual, o anexo Projeto de Lei que "Altera e revoga dispositivo da Lei nº 1990, de 26 de novembro de 2008".

Senhores Deputados, o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente, através de resolução nº 15/CONEDCA/2010, trouxe no seu bojo diversos considerandos, incluindo a Resolução nº 116/2006 do CONANDA, em que não se recomenda assento às Assembleias Legislativas como órgão governamental naquele Conselho, bem como relata diversas ausências dos representantes de Nossa Casa de Leis, o que não tem mantido, perante órgãos não governamentais, a paridade exigida junto o CONEDCA, ficando, desta feita, prejudicada as ponderações estatais de políticas públicas na área da Criança e do Adolescente no Estado, ante a sua deficiência paritária no órgão em questão.

É oportuno lembrar que a Lei nº 1990, de 26 de novembro de 2008, em seu projeto inicial, não previa assento à Assembleia Legislativa, no entanto, por emenda parlamentar, tal órgão foi incluído, e neste sentido pode, ao menos em tese, aparentar aos cidadãos rondonienses eventual, preocupação política partidária, por parte dos nossos valorosos Deputados, o que sabemos, não se tratar de efetiva realidade.

Tal proposta, além de adequar a estrutura organizacional do CONEDCA, bem como atender as recomendações do CONANDA prevista na Resolução nº 116/2006 – CONANDA, em seu art. 11, parágrafo único, e de conhecimento dos nossos legisladores da época, como se vê no artigo 2º, inciso VII, da atual redação da lei em apreço, também manterá a paridade governamental dentro do CONEDCA e evitará exposições desnecessárias da Assembleia Legislativa perante a comunidade de nosso Estado, como a que se depreende na Resolução do Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, requerendo, nos termos do artigo 41, da Constituição do Estado, seja adotado o **Regime de Urgência**, previsto no artigo 232 e seguintes, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.



JOÃO APARECIDO CAHULLA  
Governador



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**GOVERNADORIA**

PROJETO DE LEI DE 22 DE SETEMBRO DE 2010.

Altera e revoga dispositivo da Lei nº 1990, de 26 de novembro de 2008.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º O inciso X do artigo 2º, da Lei nº 1990, de 26 de novembro de 2008, que “Dispõe sobre o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente – CONEDCA”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....

X – 08 (oito) representantes de entidades não governamentais que desenvolvam ações de defesa, proteção e atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Estado.”

Art. 2º Fica revogado o inciso IX do artigo 2º, da Lei nº 1990, de 2008.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.